

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL: POR UMA NOVA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REGIONAL DEVELOPMENT AND TERRITORIAL INTELLIGENCE:
TOWARDS A NEW REGIONALIZATION OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Claudio A. G. Egler

 <https://orcid.org/0000-0002-1801-6663>

Correspondência: cegler@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil.

Marcos Thimoteo Dominguez

 <https://orcid.org/0000-0002-8854-4031>

Correspondência: marcosthdz@yahoo.com.br

Universidade Federal do ABC (UFABC), São Paulo, Brasil.

Leandro Damaceno

 <https://orcid.org/0000-0001-6685-5018>

Correspondência: damacenolg@gmail.com

Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG-RJ), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.89488

Recebido em: 31 jan. 2025 | **Aceito em:** 02 fev. 2025

RESUMO

Em 2022, por emenda constitucional, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) passou a ter a obrigatoriedade de elaborar seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES). Entre os eixos norteadores das estratégias de longo prazo ficou estabelecido a retomada das políticas de desenvolvimento regional. Como contribuição, o presente artigo defende a necessidade de se rediscutir uma nova regionalização fluminense, como base territorial de referência para a implementação do PEDES. Em termos metodológicos, apoiamo-nos nas contribuições trazidas pela Inteligência Territorial, que tem como pilares as seguintes premissas: (i) reconhecer o espaço como relacional e produto das relações de produção; (ii) incorporar a análise multiescalar na elaboração de políticas regionais e na organização socioespacial de ativos logísticos, serviços públicos e atividades produtivas; e (iii) buscar novos conceitos e ferramentas diante da conjuntura de austeridade fiscal estadual para se pensar o planejamento territorial. Assim, a regionalização aqui tratada terá como base o estudo de centralidades regionais, apoiado no mapeamento das interações entre cidades fluminenses; e na presença de dinâmicas econômicas regionais cujo potencial oferece tanto maior competitividade ao estado, como possibilidades de coesão socioprodutivas nas e entre municípios e regiões. Como resultado, chegamos a uma primeira proposta



de regionalização, sendo a “região” o norte estratégico para ação, elemento de coesão territorial e espaço de efetivação de políticas de desenvolvimento.

Palavras-chave: inteligência territorial; desenvolvimento regional; regionalização; Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

In 2022, through a constitutional amendment, the State of Rio de Janeiro (ERJ) became required to develop its Strategic Plan for Economic and Social Development (PEDES). Among the guiding pillars for long-term strategies, the resumption of regional development policies was established. As a contribution, this article advocates for the need to reconsider a new regionalization model for the state of Rio de Janeiro, to serve as the territorial reference for implementing the PEDES. Methodologically, we rely on the contributions brought by Territorial Intelligence, which is based on the following premises: (i) recognizing space as relational and a product of production relations; (ii) incorporating multi-scalar analysis in the formulation of regional policies and the socio-spatial organization of logistical assets, public services, and productive activities; and (iii) seeking new concepts and tools in the face of the state's fiscal austerity context to rethink territorial planning. Thus, the regionalization discussed here will be based on the study of regional centralities, supported by the mapping of interactions between cities in Rio de Janeiro; and the presence of regional economic dynamics whose potential offers both greater competitiveness to the state and possibilities for socio-productive cohesion within and between municipalities and regions. As a result, we present an initial proposal for regionalization, with the "region" serving as the strategic focus for action, an element of territorial cohesion, and a space for implementing development policies.

Keywords: territorial intelligence; regional development; regionalization; State of Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

Desde a entrada do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) em um período de crise fiscal-econômica, e a adesão ao regime de recuperação fiscal, em 2017, as funções de planejamento governamental foram deslocadas para a gestão orçamentária na tentativa de retomar o equilíbrio econômico do estado. A necessidade emergencial para garantir recursos para o custo de manutenção da máquina pública inviabilizou qualquer possibilidade de novos investimentos estruturais para fins de desenvolvimento das regiões fluminenses.

O novo Plano de Recuperação Fiscal, apresentado no início de 2022, contudo, indicou a necessidade de o governo estadual buscar alternativas a este cenário adverso, tentando reconectar o debate sobre ajuste fiscal de forma articulada ao planejamento

(Damaceno, 2022). Por meio de emenda constitucional¹, o ERJ passou a ter a obrigatoriedade de elaborar seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social.

Como contribuição a esta matéria, o artigo defende a necessidade de se pensar uma nova regionalização para o estado, que possa servir de base territorial de referência às políticas de desenvolvimento regional. Essa reflexão deve buscar, também, compreender as especificidades econômicas e socioespaciais fluminenses, fugindo de leituras abstratas sobre escalas e espacialidades do Estado (Klink; Sousa, 2018). Ou seja, mesmo que o cenário fiscal seja hegemonicamente modelado pela racionalidade das finanças, ele não se resume a fatores exclusivamente financeiros.

Como arcabouço teórico e metodológico, consideramos as possibilidades abertas pelo debate multiescalar (Klink; Sousa, 2018) e pela adoção do conceito de Inteligência Territorial (IT) no âmbito do planejamento. Essa abordagem baseia-se na importância dos territórios como espaços de ação para suas comunidades, no desenvolvimento sustentável como alternativa a uma visão meramente econômica e nas ciências e tecnologias da informação e comunicação (García-Madruga; Grilló-Méndez; Esteban-Navarro, 2020).

Como método de análise, elaboramos, em parceria com a área de planejamento do governo estadual, o estudo de centralidades regionais (RIO DE JANEIRO, 2022), construído a partir de três premissas básicas oferecidas pela IT: (i) reconhecer o espaço como relacional e produto das relações de produção – variável chave para entender as transformações e continuidades que marcam a trajetória do desenvolvimentismo fluminense; (ii) incorporar a análise multiescalar na elaboração de políticas regionais e na organização socioespacial de ativos logísticos, serviços públicos e atividades produtivas; e, por fim, (iii) buscar novos conceitos e ferramentas diante da conjuntura de austeridade fiscal estadual para se pensar o planejamento territorial, fazendo da escala regional o seu norte estratégico.

Em um contexto de "neointustrialização" - agenda atual do Governo Federal -, uma política de desenvolvimento para o ERJ deve se amparar sobre uma visão de coesão territorial estruturada por meio da articulação entre distintas escalas da organização espacial produtiva de suas economias locais e regionais. Evita-se, assim, uma imposição de planos econômicos pautados exclusivamente pela ótica nacional. Por outro lado, esse

¹Emenda Constitucional nº 92, de 03 de novembro de 2022. Disponível em: <https://bancodeleis.unale.org.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/RJ/E/E922022.pdf>.

movimento deve ser tratado dentro de uma estrutura de boa governança, que considere as especificidades regionais e suas potencialidades em termos de desenvolvimento econômico e coesão territorial.

2 ESTADO E ESCALAS

A construção de uma nova base territorial, ou seja, uma regionalização orientada ao desenvolvimento regional, exige uma reflexão sobre o papel do Estado e sua atuação estratégica. O conceito de "região", por sua vez, tem sido frequentemente interpretado de maneira a-histórica, como uma unidade atemporal de organização territorial. Essa abordagem descontextualizada vem gerando confusão entre gestores e analistas estatais (Brenner, 2018).

Um ponto central nesse debate é a relativização do espaço geográfico, evidenciando a necessidade de estratégias políticas capazes de criar e atuar em diferentes escalas. No entanto, ainda são poucas as abordagens sobre como as escalas são tensionadas pelos agentes a partir de suas percepções, narrativas e estratégias em relação aos instrumentos de política urbano-regional (Klink, 2013).

Curiosamente, embora o campo do planejamento territorial esteja em posição privilegiada para elaborar e complementar as análises sobre a dinâmica espacial fluminense, há pouco diálogo entre os campos do conhecimento e, principalmente, a partir dos territórios (abordagem bottom-up), o que poderia proporcionar insights sobre o papel do planejamento e dos instrumentos estratégicos no processo de reestruturação do Estado frente ao cenário de austeridade fiscal.

Nesse sentido, a regionalização precisa ser analisada dentro de um contexto histórico e geográfico, contrastando os espaços emergentes com as antigas formas regulatórias, no qual a escala nacional muitas vezes predomina em detrimento da regional. Mais do que uma abordagem focada em escalas específicas do poder estatal, a regionalização requer uma perspectiva estratégico-relacional (Jessop; Brenner; Jones, 2017).

A transformação das configurações escalar-estatais, assim, demanda a compreensão de como e por que estratégias políticas são mobilizadas para alterar estruturas já estabelecidas. Também é essencial analisar como essas estratégias evoluem e se ajustam diante das circunstâncias históricas e políticas.

Essa falta de compreensão/ação no ERJ em relação aos seus territórios levou os planejadores públicos às interpretações da política urbano-regional limitadas às “fronteiras de um discurso localista, bastante monolítico, banalizador e ingênuo” (Brandão; Fernández; Ribeiro, 2018, p.13). Limitações essas, em grande parte, impostas por agências internacionais financiadoras e por gestores locais que passaram a adotar a narrativa que enxerga as cidades como players globais em detrimento à política regional (Klink; Sousa, 2018).

Esse novo paradigma evidenciou a hegemonia crescente das modelagens financeiras na gestão do planejamento público governamental, que passou a focar no gerenciamento do “espaço projetado” (RIBEIRO, 2007). Esse cenário é sustentado por um complexo conjunto de relações entre políticas neoliberais, austeridade fiscal e a incorporação de dispositivos financeiros na gestão das cidades e metrópoles (PURCELL; LOFTUS; MARCH, 2019). Essa combinação transforma o planejamento territorial em um campo dominado por racionalidades financeiras, distanciando-o de seu potencial de promover justiça social e desenvolvimento territorial coeso e inclusivo.

3 CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

3.1 Contribuições da Inteligência Territorial

A adoção do conceito de Inteligência Territorial (IT) no campo do planejamento e das políticas de desenvolvimento regional seguem quatro enfoques básicos: o primeiro considera que a leitura do território exige conhecimento multidisciplinar. Não existe nenhuma disciplina ou formação que possa reivindicar o conhecimento completo da multiplicidade de situações presentes no território. Esse princípio parte do reconhecimento das diversidades ecossistêmica e sociocultural encontradas no território, bem como da complexidade dos processos que explicam sua dinâmica (García-Madruga; Grilló-Méndez; Esteban-Navarro, 2020).

O segundo enfoque destaca que o objetivo da IT é o fortalecimento da coesão territorial; isto é, a coesão social no território, estimulando a participação das comunidades em seu desenvolvimento de forma justa e sustentável. A coesão permite abranger a diversidade de culturas e territórios que coexistem no tecido social.

O terceiro enfoque, de caráter mais técnico, mas que não deixa de ser fundamental, é a garantia de disseminação da informação territorial e a difusão dos seus métodos de

análise, com apoio das geotecnologias. O acesso à informação territorial é essencial para qualquer processo transparente de gestão e constitui um requisito fundamental das práticas democráticas. As geotecnologias permitem tratar, de modo rápido e eficaz, uma vasta gama de informações geográficas, desde dados estatísticos a imagens de satélites, radares e modelos digitais do terreno, constituindo um instrumento fundamental para o exercício da Inteligência Territorial.

Por fim, o quarto enfoque, que representa o maior desafio das políticas públicas, é a promoção da governança territorial. Essa governança depende das negociações estabelecidas entre as diferentes esferas de poder e da construção de arranjos colaborativos com os diversos segmentos da sociedade civil. Trata-se da gestão do território, que é dinâmica e adaptativa, formada por um componente técnico-científico, que parte do conhecimento sobre os processos que ocorrem no território, e um componente institucional resultante da negociação/tensão social para a implementação das decisões de planejamento na promoção do desenvolvimento regional sustentável.

3.2 Mapeamento de centralidades como uma primeira proposta de regionalização

A partir das provocações trazidas pela Inteligência Territorial, entendemos que um estudo de centralidades regionais permite consolidar os quatro enfoques mencionados acima. As centralidades regionais são espaços dinâmicos que recebem, processam e redistribuem fluxos de informação, recursos financeiros e bens por meio da rede de cidades. Em escala nacional, observa-se uma estrutura regional com base na hierarquia urbana, impulsionada pela desconcentração-concentrada de atividades industriais, pela expansão agropecuária e mineral (Simões *et al.*, 2010) e pelo dinamismo atual de cidades médias (Egler *et al.*, 2024).

No ERJ, diferentemente, o município do Rio de Janeiro concentra a maior parte dos fluxos de capitais, atividades produtivas, população e agências estatais. A nossa configuração socioespacial é quase toda ela resultante das interações entre a capital e os demais centros urbanos do país e do mundo. Além disso, há uma carência de estudos contínuos a respeito das regiões e regionalidades fluminenses e de sua real capacidade produtiva, trabalho que se torna indispensável para orientar políticas de desenvolvimento com base na reorganização de centralidades urbanas em escala regional.

A proposta de um planejamento territorial, nesse sentido, deve contribuir para a construção de um pensamento sobre as dinâmicas regionais do estado e, conseqüentemente, apoiar a elaboração de instrumentos técnicos de análise multiescalar que possam subsidiar políticas regionais e ações estruturantes (Dominguez, Egler, Regatto, 2015).

Como contribuição a esse debate, e em parceria com a área de planejamento da Administração Estadual do ERJ, elaboramos o estudo de centralidades regionais (SEPLAG, 2022), adotando os seguintes conceitos e atributos metodológicos:

3.2.1 Índice de Terciarização

No caso do índice, o indicador é calculado a partir do peso da massa salarial do setor de serviços sobre a massa salarial total de uma cidade central:

Por um lado, a capacidade de ‘carregamento’ do conjunto das atividades econômicas pelos serviços ofertados por uma dada localidade ou região. Por outro lado, é um índice da capacidade de ‘transbordamento’ da oferta desses serviços para outras localidades, que são atraídas por esse lugar central para o consumo de seus serviços (Lemos *et al.*, 2000. p 09).

A partir das bases da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para vínculos formais, foram calculados o peso da massa salarial do setor de serviços no total da massa salarial dos demais setores, para cada município fluminense. O mapeamento de centralidades a partir do índice terciarização refere-se justamente ao papel da cidade polo na absorção de mão de obra de sua zona de influência. A interação entre municípios se dá pelo mercado de trabalho e pela intensidade de trocas econômicas, principalmente de bens e serviços.

A média municipal no ERJ, em 2019, foi de 65% de participação do setor de serviço sobre a massa salarial. No total, 46 municípios fluminense ficaram acima desse valor. Os maiores percentuais apresentados estão em Mangaratiba, na Região da Costa Verde, com 94% de índice; Carapebus e Quissamã, no Norte Fluminense, ambos com 90%; e Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto, com 86% e 85%, respectivamente. Nas Baixadas Litorâneas se destacaram Arraial do Cabo e Armação de Búzios.

Os municípios supracitados apresentaram valores elevados devido ao dinamismo dos serviços presentes em suas economias, ou esse resultado é reflexo do baixo

adensamento produtivo? Em alguns casos, os resultados podem sugerir, na verdade, uma posição periférica de municípios, em que o setor de serviços é mais representado pela baixa qualificação e pela pouca diversidade de atividades econômicas. Assim, na continuidade do trabalho, a questão do Índice de Terciarização será problematizada levando em consideração outros elementos, principalmente o comportamento desses indicadores em concentrações urbanas de maior escala. A ideia é evitar que tamanho populacional e presença de pequenas economias distorçam os resultados da análise.

3.2.2 Quociente Locacional (QL)

O objetivo da aplicação do Quociente Locacional (QL) é compreender a relação entre a especialização setorial produtiva nas Regiões de Governo, contudo, complementando a análise por meio de alguns atributos que podem influenciar no fator competitividade entre regiões (OCDE, 1989; Abdal, Callil, 2016).

A variável em análise é o número de empregos nas atividades industriais listadas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). A mensuração do QL é dada pela razão entre a participação dos empregos de um setor na região em relação à participação do mesmo setor na unidade de referência (Cruz *et al.*, 2011).

A interpretação se dá da seguinte forma: se o $QL > 1$ a região é relativamente mais especializada do que a unidade territorial de referência (estado); caso contrário, o setor possui uma representação menor na região do que na unidade de referência, supondo que região importa os bens produzidos no setor analisado.

A descrição do QL das atividades econômicas do ERJ pode, ainda, ser realizada com base em agrupamentos descritos como fatores de competitividade (Borbély, 2004; Abdal; Callil, 2016), são eles:

a. Recursos Naturais - setores com larga escala de alocação de recursos naturais dentro de indústrias. Exemplo: Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural, Fabricação de produtos do refino de petróleo e Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis²;

² Nomenclatura oriunda da tipologia CNAE

b. Baseados em ciência - empresas com agregação de elevados custos fixos com pesquisa e desenvolvimento. Exemplo: Equipamentos de informática; produção de equipamentos de transporte, com exceção de automóveis; e inserção de P&D experimental em ciências;

c. Intensivos em trabalho – setores que por intermédio do uso intensivo de mão de obra, consegue reduzir seu custo sem perda de produtividade. Exemplo: Confeção de peças do vestuário, Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente;

d. Tecnologias diferenciadas – setores que oferecem um número maior de produtos e podem se associar a diferentes cadeias. Isso sem que as empresas percam a capacidade de atuar em escala. Exemplo: Fabricação de máquinas e equipamentos para demais indústrias.

e. Intensivos em escala - permite que as empresas ampliem o tamanho de sua planta e aumentem o ciclo de produção, fazendo com que os custos sejam reduzidos. Exemplo: metalurgia e suas ligas.

Em termos interpretativos, aqueles setores muito localizados territorialmente e pouco integrados à escala regional e estadual, tendem a elevar o QL da localidade em relação à unidade de referência. Com isso, uma estrutura produtiva isolada e fragmentada espacialmente pode ser vista como um grau de especialização vantajoso. Da mesma forma, a RMRJ, por exemplo, que concentra inúmeras atividades e setores industriais, pode ter seu QL “diluído”, já que não possui apenas um setor especializado. Uma falsa interpretação seria indicar nenhuma vantagem comparativa na metrópole, quando na verdade, seu maior potencial é justamente sua diversidade produtiva e setorial.

De acordo com os resultados do QL (SEPLAG, 2022), em termos de uso de recursos naturais, as regiões Norte, Noroeste e Centro-Sul, apresentaram certo grau de especialização, potencializados principalmente pela extração de P&G, minerais não metálicos e extração de madeira. De fato, há certa geração de empregos nesses segmentos, que, em comparação ao estado, se destacam. Em relação ao componente “intensivo em trabalho”, o setor de confecção da Serrana destacou-se em relação ao restante do ERJ, com alguma presença no Noroeste e Centro-Sul.

No caso dos setores de escala, a região do Médio Paraíba praticamente concentra os empregos dessa componente, tornando-se um claro fator de diferenciação em relação às demais. São os setores de metalurgia e automotivo que impulsionaram o QL. Em termos de fatores diferenciados, que retrata principalmente a fabricação de equipamentos

e máquinas que podem ser utilizadas em mais de uma indústria, a região também apresentou destaque. Contudo, a maior especialização deste componente está no Norte Fluminense, impulsionada pela cadeia de P&G em Macaé.

Por fim, a indústria com forte presença e baseada em ciência só apresentou QL > 01 na região da Costa Verde. O resultado se dá pela presença majoritariamente na fabricação de equipamentos de transporte de navegação, o que exige tecnologia implantada. Além disso, a presença da Petrobras na região, importante agente na incorporação de P&D na indústria, contribui para esse resultado.

Conforme alertado anteriormente, é interessante notar que a RMRJ, região de maior peso econômico do ERJ, não apontou para nenhuma especialização a partir do QL. Uma primeira interpretação se dá justamente pelo fato do setor de serviços concentrar grande parte dos empregos formais. Além disso, ao contrário da ideia de especialização, a metrópole possui maior diversificação produtiva, o que gera uma distribuição de empregos formais entre eles distintos setores. O QL não permite mapear essas nuances.

3.2.2 *Concentrações urbanas*

De acordo com o estudo sobre Rede de Cidades e Hierarquias Urbanas do IBGE (2020), podem ser considerados fatores demográficos de centralidade: o tamanho populacional de uma “Concentração Urbana” (IBGE, 2016); a capacidade de uma cidade ou município atrair pessoas por meio de deslocamentos intermunicipais; e o incremento demográfico anual, que demonstra o dinamismo de uma concentração urbana em termos de aceleração do crescimento populacional e da expansão de sua malha urbana.

Para efeito de análise, foram considerados como fatores de centralidade os seguintes indicadores e suas respectivas descrições:

1. Concentrações Urbanas: municípios ou cidades com população superior a 100 mil habitantes.

2. Tamanho populacional: além de indicar a dimensão de uma cidade ou de município em porte demográfico, esta variável apresenta forte correlação estatística como a “variável” deslocamento intermunicipal de pessoas para fins de trabalho³. O que permite verificar até onde vai a área de influência de um polo determinado.

³A partir de tratamento estatístico, as variáveis “tamanho populacional” e “pessoas com destino ao município para trabalho e estudo” apresentaram os maiores índices positivos de correlação.

3. Deslocamentos Populacionais. Será considerado “deslocamento” o número de pessoas que se deslocam do município de origem em direção ao município destino, para fins de trabalho e estudo. Para o cálculo do fator de centralidade demográfica foram considerados apenas os percentuais dos municípios com deslocamentos superiores a 20 mil pessoas. Esse valor é resultado da média dos deslocamentos atraídos pelas concentrações urbanas no ERJ;

4. Taxa de Crescimento Populacional. O indicador será considerado fator de centralidade por medir a “velocidade” do incremento populacional de um município ao longo de um período determinado. Taxas que variam entre 0 e 1% são consideradas como crescimento estável. Taxas negativas representam que o município perdeu população ao longo do período. No caso de valores superiores a 2% ao ano (a.a), trata-se de um dinamismo acentuado, com forte capacidade de atração de pessoas somadas a elevadas taxas de natalidade e migração.

Além das concentrações dentro da Região Metropolitana, observa-se uma maior presença de cidades com população superior a 100 mil habitantes ao longo dos principais eixos viários do estado: na faixa costeira, da RMRJ em direção ao norte fluminense, passando pelas Baixadas Litorâneas. E ao longo do eixo da via Dutra (BR-116), que integra o estado do Rio de Janeiro a São Paulo, e percorre toda a região do Médio Paraíba. Verifica-se também algumas concentrações urbanas isoladas, a exemplo de Itaperuna, no Noroeste, e Angra dos Reis, na Costa Verde.

Por outro lado, as regiões do interior fluminense, com destaque para municípios do Centro-Sul Fluminense e aquelas na fronteira entre a Região Serrana e Noroeste não contaram com a presença de nenhuma concentração urbana.

Em termos de deslocamento de pessoas, os dados confirmam novamente o papel central da RMRJ na organização da estrutura populacional e territorial do estado. Contudo, outros fluxos intermunicipais iluminam interações regionais que vão além da metrópole. Os dados reforçam o dinamismo demográfico na região costeira. Macaé, por exemplo, costumava atrair mais de 50 mil pessoas apenas para fins de trabalho (IBGE, 2016). Por outro lado, as concentrações urbanas formadas pelas cidades de Volta Redonda e Barra Mansa, no Médio Paraíba, compartilharam um fluxo superior a 25 mil pessoas, somente para trabalho. Esse valor é acima, por exemplo, aos dados de Cabo Frio, hoje importante município das Baixadas Litorâneas.

3.2.4 Arranjos Populacionais

Ao sobrepor esses primeiros fatores de centralidade à base geográfica dos Arranjos Populacionais do IBGE (2016)⁴, teremos a formação de um sistema urbano-regional do ERJ, “organizado em redes de centralidades com áreas de influência que não apenas se complementam, como também são interdependentes entre si (Simões *et al.*, 2000, p.3)”. Como definição, os Arranjos Populacionais são:

Os Arranjos Populacionais são unidades territoriais compostas por mais de um Município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes para trabalhar ou estudar. Já os Municípios isolados são aqueles que não participam de Arranjo Populacional. Os Arranjos Populacionais com mais de 100 mil habitantes são denominados concentrações urbanas, bem como os Municípios que não compõem Arranjos e que ultrapassam esse patamar populacional (IBGE, 2016, p.72)

O estado do Rio de Janeiro possui 16 Arranjos Populacionais, além de municípios “isolados”. Ao incorporar essas categorias ao estudo de centralidade, a ideia é aprimorar o recorte institucional por regiões de governo e municípios. Incorporar um olhar analítico voltado para regionalidades, e menos para componentes essencialmente locais. A ideia é identificar possibilidades que a própria dinâmica regional fluminense possa oferecer para se pensar em uma nova agenda de desenvolvimento regional.

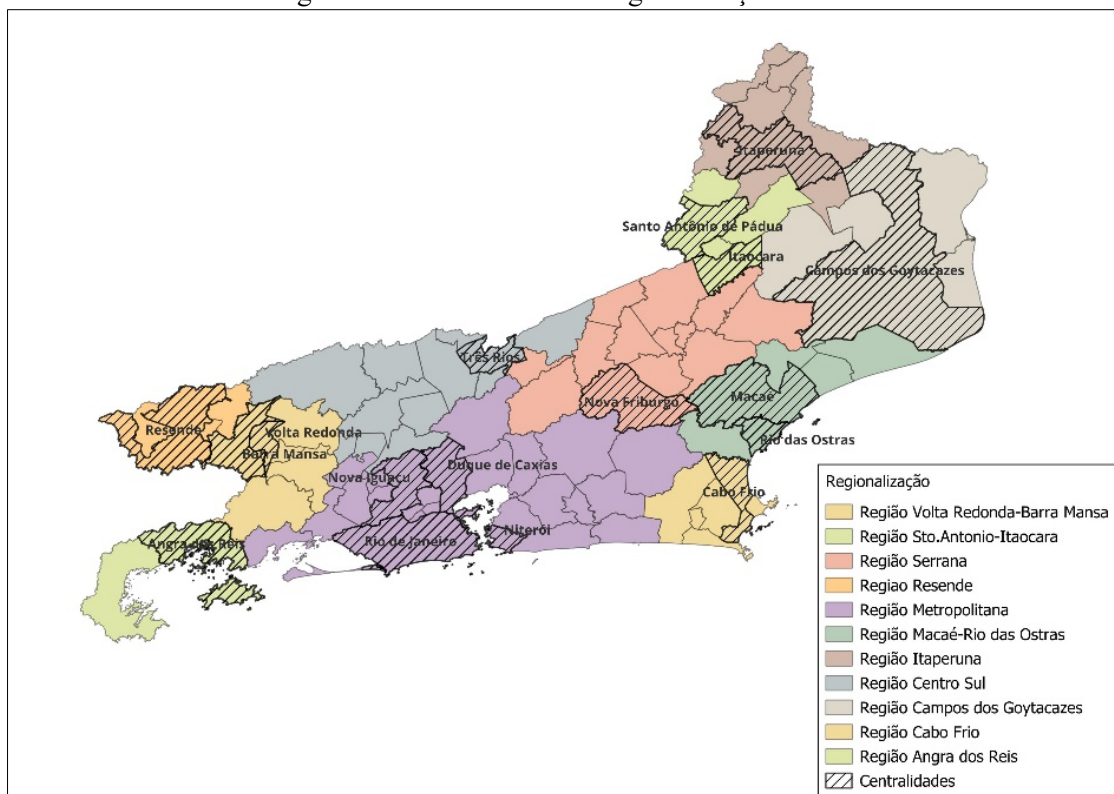
Além disso, na tentativa de ajustar esses recortes regionais, integrando territórios e regiões mais fragmentadas, *Cidades e Municípios Isolados* (IBGE, 2016; 2020) foram incorporados aos arranjos ou centralidades com as quais esses municípios possuem maior interação. Nesse caso, foram adotados critérios complementares, a saber: a menor distância média (km) em relação ao Arranjo/centralidade mais próxima; o percentual estimado de participação do arranjo/centralidade de destino sobre o total de deslocamentos dos moradores do município de origem para busca de bens e serviços; o percentual estimado de participação do município de destino sobre o fluxo de transporte público coletivo partindo do município de origem.

Por fim, após os cálculos dos indicadores e ajustes metodológicos supracitados, além da sobreposição com os arranjos populacionais, foram definidas 14 unidades

⁴ De acordo com o estudo Arranjos Populacionais do IBGE (2016) o termo “frequência” pode representar viagens diárias ou semanais, do município de origem para o destino.

espaciais com forte presença de fatores de centralidade e 11 regiões. A partir desses recortes espaciais foi possível, então, delimitar suas zonas de influência, chegando a uma primeira proposta de regionalização, conforme figura a seguir:

Figura 1 - Centralidades e a regionalização do ERJ



Fonte: elaboração dos autores.

Há, aqui, duas observações adicionais a fazer: primeiro, o estudo demonstrou que a centralidade regional pode ser formada por um ou mais municípios. Entre os casos mapeados, são exemplos as centralidades de Volta Redonda-Barra Mansa e Macaé-Rio das Ostras. Inclusive, as zonas de influência formadas a partir das dinâmicas dessas unidades espaciais abrem o caminho para a discussão em torno da possibilidade de pensarmos na institucionalização de novos aglomerados urbanos para além da região metropolitana.

Por outro lado, no Centro-Sul e Noroeste do estado, não foram identificadas nenhuma concentração urbana com alto fator de centralidade. Contudo, a partir do ajuste dos Arranjos Populacionais e Municípios Isolados foi possível chegar às unidades espaciais de Santo Antônio de Pádua-Itaocara, Itaperuna e Três Rios.

Em segundo lugar, no caso da RMRJ, é preciso pensar numa estratégia intrarregional. Diversos municípios metropolitanos, por exemplo, somaram fatores de

centralidades e apresentaram forte interação entre eles. A complexidade metropolitana, por sua vez, também extrapola seus limites geográficos, expandindo territorialmente suas fronteiras para além da divisão político-institucional atual, possuindo papel de comando sobre outras regiões. Esse resultado indica a importância do estabelecimento de diferentes critérios para interpretar os fenômenos territoriais e regionais dentro da metrópole fluminense.

Há municípios da Baixada Fluminense que demonstraram forte relação entre si, além de apresentarem um peso importante na economia estadual. Por outro lado, há cidades de menor porte, até então sem um papel claramente definido no arranjo metropolitano, mas que vem passando por transformações aceleradas, a exemplo de Maricá. Uma sugestão é pensar na possibilidade de estabelecer novos recortes intrarregionais, delimitando sub-regiões dentro da RMRJ, possivelmente, uma sub-região da Baixada, da Capital e da região leste da Baía de Guanabara.

Há ainda a questão relativa às regiões e sub-regiões pouco adensadas. Os indicadores demográficos demonstraram que parte dos municípios da Serrana e do Noroeste vem perdendo população. São cidades que interagem pouco entre si e em relação às demais regiões fluminenses. Em grande medida, há uma agricultura fragmentada, que mesmo importante para a produção local, carece de aprimoramento, escala e agregação de valor.

Nesse sentido, em resposta a essas considerações, foi desenhada uma classificação final para auxiliar na elaboração de estratégias territoriais direcionadas para cada uma dessas regiões e sub-regiões formadas a partir de suas centralidades. Os pontos de destaque para cada região analisada foram organizados por intermédio das categorias “Coesão Territorial” e “Estrutura Produtiva”, questões essenciais no sentido de orientar as políticas de desenvolvimento regional:

Tabela 1 - Características de cada centralidade e de sua zona de influência (**continua**)

Centralidade	Coesão Territorial	Estrutura produtiva
Angra dos Reis	Concentração urbana nucleada; Baixa capacidade de comando regional; Infraestrutura urbana precária; Importantes Ativos Ambientais.	Setor industrial com certa importância na área naval; Baixo encadeamento regional; Mercado de Trabalho pouco qualificado.

Baixas Litorâneas	Possui três concentrações urbanas; Concentra parte dos serviços relacionados à cadeia de P&G; Importante para a economia costeira do ERJ.	Importante Setor de Serviços inter-regional com Macaé-Rio das Ostras; Baixa qualificação da mão de obra.
Campos dos Goytacazes	Concentração urbana nucleada; Elevado comando regional; Infraestrutura Urbana precária.	Centro de serviços importante; Mão de obra de qualificação média; Economia regional vulnerável às oscilações do mercado P&G; % elevado de extrema pobreza.
Centro-Sul	Aglomeração sem concentração urbana; Região formada por municípios pequenos; Infraestrutura Urbana precária; Presença de ativos ambientais.	Região de serviços; Baixo encadeamento regional; Baixa interação intermunicipal.
Itaperuna	Aglomeração sem concentração urbana; Região formada por municípios pequenos; Infraestrutura Urbana precária; Elevada área de pastagem e degradada.	Região de serviços; Baixo encadeamento regional; Baixa interação econômica intermunicipal; Produção Agrícola localmente importante.
Macaé - Rio das Ostras	Presença de concentrações urbanas; Dinâmica demográfica elevada; Forte deslocamento e Problemas de mobilidade.	Economia P&G importante; Logística offshore instalada; Produção e mão de obra do setor industrial; Elevado % de extrema pobreza.
RMRJ	Elevada concentração urbana e demográfica; Elevada intensidade de deslocamentos; Problemas de mobilidade e infraestrutura; Presença de importantes ativos ambientais.	Maior VAB da indústria; Presença de mão de obra qualificada; Importante setor de serviços; Elevado % extrema pobreza.
Resende	Baixo Dinamismo demográfico; Baixa intensidade de deslocamento; Boa infraestrutura urbana; Presença de importantes ativos ambientais.	Localizado no eixo de integração RJ-SP; Mão de obra qualificada; Presença de Agricultura Familiar; Maior peso setor de serviços; Presença de indústria de transformação.
Serrana	Aglomeração com concentração urbana; Região formada por municípios pequenos; Infraestrutura Urbana precária. Presença de ativos ambientais.	Região de serviços; Baixo encadeamento regional; Baixa interação econômica intermunicipal; Produção Agrícola localmente importante; Agricultura Familiar.
;Sto de Pádua - Itaocara	Aglomeração sem concentração urbana; Região formada por municípios pequenos; Infraestrutura Urbana precária Presença de ativos ambientais.	Região de serviços; Baixo encadeamento regional; Baixa interação econômica intermunicipal; Produção Agrícola local importante; Agricultura Familiar.
;Volta Redonda - Barra Mansa	Presença de concentrações urbanas; Dinâmica demográfica elevada; Forte deslocamento e Problemas de mobilidade; Boa infraestrutura urbana.	Indústria de transformação; Mão de obra no setor industrial; Elevado % de extrema pobreza.

Fonte: Elaborada pelos autores

4 DISCUSSÃO

No espaço da RMRJ, além da forte presença da capital, os resultados identificaram fatores de centralidade nos municípios e concentrações urbanas da Baixada Fluminense e na região leste da Baía de Guanabara. Além da presença histórica de setores industriais no município de Duque de Caxias, Nova Iguaçu apresentou uma importância regional em termos de oferta de serviços públicos e privados; em Niterói e Maricá verificou-se uma entrada de volume considerável de rendas do petróleo nos últimos anos, assim como um crescimento demográfico acelerado neste último município. Esses fatores podem ser mais bem explorados por meio de ações sub-regionais e multiescalares, de forma a criar pontes entre a economia da capital, a complexidade da metrópole e as potencialidades e especialidades dessas sub-regiões.

Em termos econômicos, Volta Redonda-Barra Mansa e Macaé-Rio das Ostras apresentaram-se como aglomerações urbanas de segundo nível hierárquico no ERJ. A presença de percentuais elevados de vínculos com alta qualificação e a capacidade produtiva instalada nessas regiões confirmou o papel histórico dessas aglomerações no desenvolvimento industrial fluminense. Porém, a posição de comando nesses casos ainda é restrita aos limites geográficos da área imediata de influência, com uma cadeia produtiva pouco encadeada e que pouco dialoga com outras aglomerações do estado.

No caso de Macaé-Rio das Ostras, especificamente, ela se mantém determinante para a economia regional fluminense como um todo. Mas, se a lógica de funcionamento do complexo econômico associado às cadeias de P&G é um importante fator de explicação dessa dinâmica, a busca por uma diversificação menos dependente do petróleo anda lado a lado com o debate sobre a urgência de construir encadeamentos para o adensamento produtivo e regional dentro da própria cadeia. Os indicadores analisados no estudo demonstraram, inclusive, que os valores gerados pelas receitas públicas patrimoniais associadas ao petróleo não necessariamente são acompanhados pela geração de empregos, especialmente aqueles mais especializados e qualificados (SEPLAG, 2022).

O fato é que a economia de boa parte das centralidades e regiões fluminenses ainda se pauta em setores específicos e com forte uso e consumo de recursos naturais. Por outro lado, mesmo nessas atividades intensivas em recursos primários, se combinadas a fortes encadeamentos produtivos, elas podem gerar novas oportunidades para o desenvolvimento de outras cadeias alternativas ao próprio setor de extração de óleo e gás.

O baixo adensamento demográfico do Noroeste, e boa parte da Serrana, deveriam ser tratados a partir de questões relativas à qualificação da mão de obra e de incentivo ao incremento tecnológico para agregação de valor às cadeias produtivas locais. Essas regiões de menores dinamismos demográfico e econômico, por sua vez, podem ser transformadas em regiões geradoras/protetoras de ativos ambientais. A presença de vazios espaciais, baixa pressão urbana e baixa desigualdade social são atributos positivos em direção a uma inversão em termos de uso do solo. Uma agricultura familiar de baixo carbono e a ampliação dos sistemas agroflorestais podem promover a recuperação dessas regiões e das bacias hidrográficas dos mananciais hídricos do estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das políticas de desenvolvimento regional do ERJ, no qual o PEDES é um instrumento provocador, uma questão central é recolocada: como estabelecer arranjos colaborativos em torno de governanças territoriais para a formulação de políticas de desenvolvimento regional?

Defendemos ao longo do artigo que a escala regional deve ser vista como um norte estratégico para o planejamento territorial, particularmente quando se busca políticas de desenvolvimento frente a cenários de crise fiscal. Regionalizar, nesse contexto, significa assumir a escala regional como condicionante de políticas de desenvolvimento. Planejar o território, então, implica sistematizar as diversas territorialidades organizadas regionalmente, identificando tanto os processos cooperativos quanto os conflitivos, e intervindo sobre eles. As territorialidades, por sua vez, são produzidas por atores em movimento, por agentes que se articulam em redes estruturadas por técnicas, bens e informações.

Esse processo é particularmente complexo porque exige integrar na análise diferentes temporalidades, envolvendo diálogos e conflitos entre os atores e territórios. Por conta desse desafio, o Estado é um agente essencial devido a sua competência de mobilizar recursos em múltiplas escalas, agregar forças sociais em torno de interesses comuns e lidar com divergências e contradições. No entanto, sua atual incapacidade financeira e política de promover metas estruturais reforça a dinâmica temporal do imediatismo na gestão pública, bloqueando a perspectiva territorial do planejamento sob limites impostos por regimes de austeridade fiscal.

Nesse processo, o planejamento, tradicionalmente visto como uma ferramenta de transformação e projeção de futuros, torna-se parte dos arranjos estratégicos do presente, correndo o risco de ser capturado por interesses que perpetuam a desigualdade social. Por outro lado, entendemos que cidades e regiões não são meros receptores passivos das forças globalizantes, mas espaços ativos de resistência e produção de novos significados. Dessa forma, o planejamento territorial deve buscar um equilíbrio entre as exigências do mercado e as dinâmicas sociais, articulando diferentes escalas e temporalidades para promover o desenvolvimento de maneira equitativa e sustentável.

Nesse trabalho consideramos indispensável estabelecer a escala regional como estratégica para políticas de desenvolvimento, reforçando-a como posicionamento político frente à imposição de métricas financeiras e exclusivamente econômicas para se pensar a gestão do território.

Esse exercício de pensar as regionalizações a partir de centralidades urbanas auxilia a problematizar estudos e pesquisas recentes que indicam, por exemplo, que no cenário nacional, se observa um processo de desconcentração demográfica impulsionado por uma reorganização socioespacial das atividades produtivas, sejam elas impulsionadas pelo processo de desconcentração-concentrada de atividades industriais, sejam pela expansão das fronteiras agropecuária e extração mineral (Simões *et. al*, 2010; Diniz; Mendes, 2023).

Pelos nossos resultados, diferentemente do cenário nacional, no ERJ essa desconcentração tem sido promovida mais pelas dinâmicas dos setores de serviços e mercado imobiliário/especulativo, e menos por uma possível retomada da industrialização fluminense.

O uso conceitual da Inteligência Territorial nos auxiliou na construção metodológica das centralidades, permitindo uma melhor compreensão das dinâmicas regionais do estado e sua estrutura produtiva. É fundamental que a gestão pública tenha condições de estimar cenários e apontar diretrizes para uma futura proposta de reorganização produtiva pautada numa nova configuração regional, menos concentrada e mais policêntrica (Dominguez, Egler, Regatto, 2015).

Diante desse quadro, fica claro que a esfera estadual é elemento indispensável à solução das questões territoriais, principalmente em escala regional. Da mesma forma, uma abordagem multiescalar deve conseguir diagnosticar problemas nos diferentes níveis de complexidade e de relações de produção, assim como identificar “as esferas de poder

pertinentes àquele problema específico e possibilitar arranjos políticos e coalizões de poder e decisão estratégica” (Brandão, 2014, p. 216).

A proposta de uma nova regionalização, por sua vez, posiciona o planejamento territorial diante do seu real interlocutor, a sociedade. Abre-se, em conjuntura de austeridade fiscal, uma nova agenda estratégica no contexto do desenvolvimento fluminense, agora alinhada aos novos desafios socioeconômicos, ambientais e tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre Torres-Freire; CALLIL, Victor. Rethinking sectoral typologies: A classification of activity according to knowledge and technological intensity. **RAI Revista de Administração e Inovação**, [S. l.], n. 13, p. 232–241, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/108038>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BORBÉLY, D. **Competition among cohesion and accession countries**: comparative analysis of specialization within the EU market. Wuppertal: EIIW. Discussion Paper, n. 122, 2004. Disponível em: https://welfens.wiwi.uni-wuppertal.de/fileadmin/welfens/daten/EIIW_Disbeitraege/disbei_122.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Sobre desenvolvimento, planejamento e desafios para a pactuação multiescalar no federalismo brasileiro. In: MONTEIRO NETO, Aristides. **Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi7mdqCqLmLaxVSqpUCHd3iEZQQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fportalantigo.ipea.gov.br%2Fagencia%2Fimages%2Fstories%2FPDFs%2Flivros%2Flivros%2Flivro_governos_estaduais.pdf&usg=AOvVaw3jTVjS7OJROOdflDIGKaxu&opi=89978449. Acesso em: 10 fev. 2025.

_____; FERNÁNDEZ, V.; RIBEIRO, L.C.Q. **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades**: lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 1. ed., 2018. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewji8sGZqLmLaxW8qZUCHbYQJ3AQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fobservatoriodasmetropoles.net.br%2Farquivos%2Fbiblioteca%2Fabook_file%2Fescalas_espaciais2018.pdf&usg=AOvVaw1cDD2j79tGfZGDqcRZWYke&opi=89978449. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRENNER, Neil. Perguntas abertas sobre o reescalamento de Estado. In: BRANDÃO, C.; FERNÁNDEZ, V.; RIBEIRO, L.C.Q. (orgs.). **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades**: lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 1. ed., 2018, p.107-139.

Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiH4oq5qLmLAXUeiJUCHbMDygQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fobservatoriodasmetroplites.net.br%2Farquivos%2Fbiblioteca%2Fabooc_file%2Fescalas_espaciais2018.pdf&usg=AOvVaw1cDD2j79tGfZGDqcRZWYke&opi=89978449 Acesso em: 10 fev. 2025.

CRUZ, Bruno de Oliveira et al. **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. IPEA, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3008>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DAMACENO, Leandro. **Crise e Gestão das Finanças Públicas Estaduais: a Implementação do Novo Regime de Recuperação Fiscal no Estado do Rio de Janeiro**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 23, p. 181–212, 2022. DOI: 10.12957/cdf.2022.71468. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/71468> Acesso em: 30 jan. 2025.

DINIZ, Clélio Campolina; MENDES, Philipe Scherrer. Tendências Regionais da Indústria Brasileira no Século XXI. In: **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. MONTEIRO NETO, Aristides; COLOMBO, Lucileia Aparecida; NETO, João Mendes da Rocha (orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2023, p.217-253. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiworTPqLmLAXUoppUCHSRXJBwQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F12103%2F1%2FDesenvolvimento_Cap.6.pdf&usg=AOvVaw34hw5tk8BIRncnl9exy7ec&opi=89978449 Acesso em: 10 fev. 2025.

DOMINGUEZ, Marcos; EGLER, Claudio; REGATTO, André. **Dinâmica territorial e a estruturação espacial do estado do Rio de Janeiro**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 8, jul-dez, p. 11–22, 2015. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi62bLlqLmLAXV_ppUCHdCBFykQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Fcdf%2Farticle%2Fdownload%2F26557%2F19615%2F87566&usg=AOvVaw16aaYt4Rw5v6pC1x9m0uab&opi=89978449 Acesso em: 10 fev. 2025.

EGLER et al. **Centralidade, competitividade e governança das cidades médias do Brasil**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 14, n. 2, p. 263-284, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/issue/view/223> Acesso em: 10 fev. 2025.

GARCÍA-MADURGA, Miguel-Ángel; GRILLÓ-MÉNDEZ, Ana Julia; ESTEBAN-NAVARRO, Miguel Ángel. **Territorial Intelligence, a Collective Challenge for Sustainable Development: A Scoping Review**. Social Sciences, v. 9, n. 7, jul., p. 126, 2020.

IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8>

[=8&ved=2ahUKEwib8_K6qbmLAXVwp5UCHVKBPHIQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2Fgeociencias%2Forganizacao-do-territorio%2Fdivisao-regional%2F15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html&usg=AOvVaw1JAdHCst4WTfHfXh8Xp3Ms&opi=89978449](https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?usg=AOvVaw1JAdHCst4WTfHfXh8Xp3Ms&opi=89978449) Acesso em: 10 fev. 2025.

_____. **Regiões de influência das cidades**, 2018. Coordenação de Geografia. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj-xrXXqbmLAXU1q5UCHdrXH2cQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2Fgeociencias%2Forganizacao-do-territorio%2Fregoes-e-fluxos-geograficos%2F15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html&usg=AOvVaw08b9HIFa-DH8W8-8IDgIcF&opi=89978449> Acesso em: 10 fev. 2025.

JESSOP, Bob; BRENNER, Neil; JONES, Martin. **Teorizando as relações socioespaciais**. GEOgraphia, v.19, n.41, set./dez, 2017, p.107-119. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi2rpXuqbmLAXXFpZUCHZX_A7YQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.observatoriodasmetropoles.net.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F06%2FEspa%25C3%25A7os-da-Urbaniza%25C3%25A7%25C3%25A3o-Estudos-em-Teoria-Cr%25C3%25ADtica-Urbana.pdf&usg=AOvVaw3hU8mSJwP4gCLARhVDli7t&opi=89978449 Acesso em: 10 fev. 2025.

KLINK, Jeroen. A escalaridade e a espacialidade do (novo) desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate. In: BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. (orgs.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiQxdKDqrmLAXUJIUCHWsPOtEQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Ffpabramo.org.br%2Fcsbh%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F3%2F2020%2F10%2FDOC_0013-2.pdf&usg=AOvVaw061_3U-PxgEO9_7Nywy85D&opi=89978449 Acesso em: 10 fev. 2025.

_____; SOUZA, M. B. De uma economia política das escalas espaciais a uma agenda renovada para os estudos críticos espaciais. In: BRANDÃO, C.A; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Q. (orgs.). **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: Lições e desafios para América Latina**. Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital, 2018, p. 361-397. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjErZqYqrmLAXWHppUCHVKzOzkQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Fobservatoriodasmetropoles.net.br%2Farquivos%2Fbiblioteca%2Fabook_file%2Fescalas_espaciais2018.pdf&usg=AOvVaw1cDD2j79tGfZGDqcRZWYke&opi=89978449 Acesso em: 10 fev. 2025.

LEMOS, Mauro Borges et al. **A nova geografia econômica do Brasil**: uma proposta de regionalização com base nos polos econômicos e suas áreas de influência. Belo

Horizonte: CEDEPLAR, 2000. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjNmY6pqrmLAXWcpJUCHWltAngQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Fee%2Fa%2F5rHPNxrcRzqX9Jm7GCfWyfp%2F%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Dpt&usg=AOvVaw1WZ9fWyzHomvu7cs41U178&opi=89978449> Acesso em: 10 fev. 2025.

OECD, Organization For Economic Cooperation And Development. **Structural Adjustment and Economic Performance**. Paris: OECD, 1987. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj1tKu5qrmLAXWplpUCHSCDMwUQFnoECBgQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.oecd.org%2Fcontent%2Fdam%2Foecd%2Fen%2Fpublications%2Freports%2F1987%2F12%2Foecd-observer-volume-1987-issue-6_g1g341cc%2Fobserver-v1987-6-en.pdf&usg=AOvVaw34nDMtImFW3TW-qN_CDqKA&opi=89978449

Acesso em: 10 fev. 2025.

PURCELL, Thomas; LOFTUS, Alex; MARCH, Hug. **Value-rent-finance**. Progress in Human Geography, v. 20, n.10, 2019, p.1-20. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwihjt_KqrmLAXXXqZUCHWQ0MWcQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fopenaccess.uoc.edu%2Fbitstream%2F10609%2F99623%2F1%2Fvalue_rent_finance.pdf&usg=AOvVaw1HwoYUzR2vflHPcJklysyZ&opi=89978449

Acesso em: 10 fev. 2025.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A força do passado: nem tudo que é sólido desmancha no ar. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, Ana. O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 21-35.

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiizPrbqrmLAXWwpZUCHRUDB3EQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ufba.br%2Fbitstream%2Fri%2F34855%2F1%2Fo-urbano-e-o-regional-no-Brasil-contemporaneo-RI.pdf&usg=AOvVaw2YDuA3IYmk0hKwzMUDtDaf&opi=89978449>

Acesso em: 10 fev. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 003/2022/SUBPLE - Centralidades**. Rio de Janeiro, outubro de 2022. Disponível em:

<https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-no-003.2022.SUBPLE-Centralidades.pdf>

Acesso em: 10 fev. 2025.

SIMÕES, Rodrigo. **Métodos de análise regional e urbana**: diagnóstico aplicado ao planejamento. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2005. (Texto para Discussão, n. 259) Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiA6MiYq7mLAXXrr5UCHf_dAe0QFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.cedeplar.ufmg.br%2Fpesquisas%2Ftd%2FTD%2520259.pdf&usg=AOvVaw1rXFGtXkU2o2Fy4iTs2SFs&opi=89978449

Acesso em: 10 fev. 2025.

SIMÕES, Rodrigo et. al. **Centralidades e hierarquia urbana em minas gerais: uma visão prospectiva**. In: Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira, CEDEPLAR, UFMG, 2010. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjCm8eoq7mLAXUlsPUCHQ7uEfkQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fideas.repec.org%2Fh%2Fcdp%2Fdiam10%2F038.html&usg=AOvVaw05vW7PnCnq0o8U9xQzneU4&opi=89978449> Acesso em: 10 fev. 2025.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.